

Secretarias de Estado

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

RAFAEL TORRES HERNANDEZ
Processo nº 19 253/83
Assunto: Pedido de asilo territorial

A vista dos pareceres, indefiro o pedido de asilo territorial do estrangeiro RAFAEL TORRES HERNANDEZ, de nacionalidade cubana.

Em 15 de agosto de 1983
IBRAHIM ABI-ACKEL

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA 33a. REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA REALIZADA EM 18.07.83.

As dez horas do dia dezoito de julho de hum mil novecentos e oitenta e tres, reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária, no Ministério da Justiça, Edifício Sede, sala quatrocentos e setenta. Presentes os Senhores Conselheiros ANTONIO ZAPPALÁ, ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, BENJAMIN MORAES FILHO, EVERARDO DA CUNHA LUNA, JASON SOARES ALBERGARIA, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS e SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Em assuntos gerais o Senhor Presidente informou ao Plenário sobre os expedientes que tramitaram pelo CNPP no período compreendido entre dezesseis de junho a quinze de julho do corrente. Antes de dar início aos trabalhos o Senhor Presidente transmitiu cumprimentos ao Senhor Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO, pela passagem de sua data natalícia, enfocando naquela oportunidade, o reconhecimento pelo muito que tem realizado pelo Sistema Penitenciário Nacional. Enfatizando o que acabava de proferir transferiu ao homenageado a Presidência dos trabalhos no período da manhã. Ao assumir o Senhor Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO agradeceu sensibilizado as manifestações de apreço e em seguida submeteu a ata da reunião anterior à apreciação do Colendo Conselho, tendo sido aprovada por unanimidade. Em seguida passou a palavra ao Senhor Conselheiro EVERARDO DA CUNHA LUNA, para relatar pareceres sobre a má influência que podem causar aos detentos, exibição de filmes violentos destinados a TV., e, Congresso de Criminalística que será realizado brevemente em Recife-PE. Com a palavra o Senhor Conselheiro Relator informou que manteve contato direto com os promotores do evento, concluindo favoravelmente sobre a sua realização, bem como sobre a dispensa de ponto de servidores que dele desejarem participar. A conclusão ora mencionada foi aprovada por unanimidade e complementada pelo Senhor Conselheiro JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS que sugeriu o encaminhamento de um ofício do CNPP àquela Coordenação, no sentido de que o Senhor Conselheiro Relator fosse indicado junto ao Conselho como representante deste Egrégio Conselho. A sugestão foi acolhida e, em tempo hábil, será expedida a correspondência citada. Ainda com a palavra o Senhor Conselheiro EVERARDO DA CUNHA LUNA, discorreu sobre a vista de filmes exibidos pela TV nos presídios concluindo da seguinte forma: a) filmes contendo violência exibidos nas penitenciárias, deve não sofrer restrições; b) quanto à exibição dos mesmos filmes ao público em geral, poderão ser livres, porém, submetidos a horários especiais, dificultando assim, a vista desses filmes, por menores. Em discussão, levantaram questão de ordem, os seguintes membros - Conselheiros JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS, ANTONIO ZAPPALÁ e SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, sugerindo que lhes fosse dado vista da matéria para apreciação e discussão na próxima reunião. Aceita a sugestão, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO que emitiu

parecer sobre proposta do DEPEN relativa à Formação do Criminólogo e seu Exercício Profissional, objeto do Projeto de Lei nº 226/71, de autoria do Deputado ALTAIR CHAGAS. A introdução do parecer o relator trouxe todo o andamento do Projeto de Lei em referência, desde a sua nascente, tramitação no Congresso Nacional, substitutivo apresentado pela Comissão de Educação e Cultura do Legislativo, ainda, em 1971, até, 11 de fevereiro de 1982, quando, o Senhor Diretor-Geral do DEPEN, Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, solicitou ao CNPP manifestação sobre o aludido substitutivo, no sentido de reativá-lo, face a projetada reforma penal. Em seu parecer o relator citou afirmações do Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, em conferência a seguir transcrita, proferida no Instituto de Criminologia da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais em 1982. "A Criminologia é uma ciência unitária e autônoma, o que não exclui a concepção da criminologia como feixe de ciências, pois ambas as concepções se completam (J. Pinatel e E. Carroll). Logo, se existe a criminologia, existirá o criminólogo. Todavia, M.E. Wolfgang

e F. Ferracutti fazem uma restrição na definição do criminólogo, que é aquele, cuja formação profissional, forma regular de trabalho e sustento econômico se radicam primordialmente no estudo e análise científico da transgressão e do comportamento criminal: La Subcultura de la Violencia, p. 49, F. de Cultura Económica, México, 1971. Mas, como distingue Ellenberger, a criminologia, como a medicina, não são apenas ciências teóricas, e têm sentido por sua aplicação prática. A medicina encontra sua razão de ser na terapêutica e na higiene pública; a criminologia, no tratamento do criminoso e na prevenção de delinquência. Como a medicina luta contra a doença do indivíduo, a criminologia luta contra a doença da sociedade: a delinquência. Logo, o criminólogo não pode restringir sua profissão na pesquisa científica, ou estudo teórico da transgressão e do comportamento criminal. Coube a T. Szabo traçar o o exato perfil da profissão do criminólogo. Esse Autor define a profissão com um agrupamento de indivíduos, possuindo uma vocação baseada numa formação intelectual especializada, com o objetivo de prestar serviços especiais, repousando numa teoria sistemática, uma autoridade aprovada publicamente, um código de ética e uma cultura própria: "Actes du XIV Cours International de Criminologie, p. 100" (texto datilografado, p. 20-11". Informou ainda o relator que o substitutivo encontra-se em harmonia com as "Regras Mínimas para Tratamento de Reclusos (Art. 49), e, principalmente, com o Projeto de Lei de Execução Penal. Assim, opinou favoravelmente ao proposto e sugeriu as emendas que se seguem: a) - acrescentar dispositivo que obrigue o exame vocacional para o exercício da profissão de criminólogo - b) maior abrangência no mesmo substitutivo, a fim de que se crie também o curso de nível técnico em criminologia. Ao concluir o relator postulou ao CNPP que envie esforços junto ao Congresso Nacional, para reativação do substitutivo do Projeto de Lei 226/61, visando maior rapidez do procedimento legislativo. Em discussão, foi o parecer aprovado por unanimidade, e com louvores apresentados pelo Senhor Conselheiro ANTONIO ZAPPALÁ. Com relação aos expedientes que deverão ser encaminhados ao Exmº Senhor Ministro e ao Congresso Nacional, o Senhor Presidente designou o relator do parecer e o Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, para redigirem os referidos documentos. Em seguida o Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, atendeu do solicitação do Senhor Presidente, falou sobre o esboço do anteprojeto da Escola Penitenciária Nacional, matéria prioritária objetivada pelo Exmº Senhor Ministro de Estado da Justiça. O relator em apreço, narrou com brilhante lucidez toda a estrutura do esboço, compreendendo as seguintes etapas. CAPÍTULO I - Da natureza e finalidade; CAPÍTULO II - Da Organização; CAPÍTULO III - Do Conselho Administrativo; CAPÍTULO IV - Da Competência; CAPÍTULO V - Das atribuições - CAPÍTULO VI - Disposições gerais. O conteúdo de cada etapa foi especificamente relatado. Além do esboço em epígrafe o relator trouxe minutas de Anteprojeto de Decreto sobre o assunto, e de Portaria Ministerial, em que, a fase oportuna poderá ser baixada no sentido da aprovação do Regimento Interno da Escola. Tendo em vista a extensão da matéria, o Senhor Presidente resolveu passar a matéria para a Comissão anteriormente designada para este fim composta pelos Senhores Conselheiros JASON SOARES ALBERGARIA, ANTONIO ZAPPALÁ, RENE ARIEL DOTTI e JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA. Assim, a discussão e possível conclusão, foi transferida para a próxima sessão. Em prosseguimento o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro EVERARDO DA CUNHA LUNA, que informou sobre as providências relativas à programação da Secretaria de Estado da Justiça de Pernambuco, para a reunião do mês de setembro vigente, que será realizada na Capital daquele Estado, em atendimento a convite da mencionada Secretaria. Em assuntos extra-Pauta colocou-se o que segue: a) pelo Senhor Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO foi registrado o seu apreço à cultura jurídica do Senhor Conselheiro RENE ARIEL DOTTI, que naquela data, encontrava-se em Costa Rica, representando o Brasil em conclave sobre o Sistema Penal. b) pelo Senhor Conselheiro JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, foi proposto que o CNPP promova ampla divulgação de sua Resolução nº 1/83, tendo em vista a importância da matéria nela contida; c) pelo Senhor Conselheiro JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS, foi proposta que o Anteprojeto de Decreto de Indulto Natalino entrasse em discussão na pauta da sessão do mês de agosto. As propostas mencionadas foram aceitas e providenciadas pelo Senhor Presidente. Ainda pelo Senhor Conselheiro ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA foi proposto o texto do seguinte Telex ao Chefe da Nação Brasileira, que se encontra em tratamento de saúde. "Excelentíssimo Senhor Presidente João Figueiredo - Cliveland Clinic. U.S.A - Conselho Nacional Política Penitenciária reunião de hoje congregando Professores e Juristas vários Estados deliberou unanimemente autorizar-me a dirigir a Vossa Excelência mensagem que expressasse os votos de todos pelo seu pronto restabelecimento considerando sua presença à frente do Governo do País da maior importância para redemocratização Brasileira e a tarefa a que Vossa Excelência se entregou patrioticamente. pt Aqui ficamos na expectativa seu breve retorno para a alegria do povo e a maior e mais robusta confiança no futuro pt Cordiais Atenciosas saudações PIO SOARES CANEDO - Presidente do Conselho Nacional de Política Penitenciária." Tendo em vista a natureza da proposta em tela, o Senhor Presidente assinou e imediatamente determinou que se enviasse o telex. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação a presente ata vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária.

PIO SOARES CANEDO
Presidente - CNPP

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária Executiva - CNPP